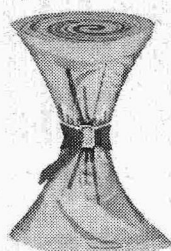


Economia

“Ajuste levará o Brasil a passar quatro anos descansando na paz do cemitério”

Programa fiscal traz recessão

Londres - O pacote de ajuste fiscal poderá até sanear as contas do Governo Federal, mas a recessão que vem aí será tão forte que o Brasil irá passar os próximos quatro anos “descansando na paz do cemitério”. Esta é a visão do economista José Alfredo Da Luz, 52 anos, do Centro de Comércio Internacional (ITC), órgão das Nações Unidas sediado em Genebra. Apesar de estar fora do Brasil há quase duas décadas, trabalhando para diferentes órgãos da ONU, Da Luz acompanha de perto os passos da equipe econômica, com a qual ele compartilha a formação acadêmica. Foi colega do ministro da Fazenda, Pedro Malan, no IPEA e também no doutorado em Berkeley, nos Estados Unidos. Da Luz acredita que o Governo está fazendo um erro estratégico de política econômica ao almejar um superávit de 2,6% em 1999. Além das dificuldades de aprovação das medidas no Congresso, ele estima que o programa levará a uma redução do PIB de 3 a 4% em 1999 e,



AJUSTE

no ano seguinte, a crescimento zero. Para ajustar as contas e permitir a retomada do crescimento, o economista receita um câmbio flutuante, o que permitirá reduzir as taxas de juros e diminuir o déficit de forma gradual. “Percam-se as ilusões quando à baixa de taxas de juros prometidos pelo presidente” Fernando Henrique Cardoso, afirma Da Luz. “Com este regime cambial da taxa fixa de câmbio, e nas condições atuais de volatilidade dos mercados financeiros, o Brasil não pode ser dado ao luxo de ter política monetária”. Na seguinte entrevista, concedida em Londres ao *Jornal de Brasília*, o economista analisa o pacote de ajuste fiscal e argumenta que uma eventual desvalorização do real, com decorrência de uma política de flutuação do câmbio, teria consequências muito menos traumáticas do que a forte recessão implícita no ajuste.

MARIANA BARBOSA

Correspondente do Jornal de Brasília

Qual a sua avaliação sobre o Programa de Estabilização Fiscal (PEF) anunciado pelo Governo na quarta-feira?

- O pacote fiscal II, é bom lembrar, é o sucessor do pacote 51 que não surtiu os efeitos desejados. O pacote é obviamente necessário como uma ponte para a reforma da estrutura de geração de receitas e despesas do setor público. O problema é que esta ponte corre o perigo de ficar inacabada. A dependência do Executivo, em matéria fiscal, de um Congresso que se inicia, e que é tipicamente conservador, corporativista e alheio ao que se passa no resto do mundo faz com que a probabilidade de aprovação de medidas necessárias no curto prazo seja baixa. O timing para o Congresso é completamente diferente do timing para o Executivo. Embora medidas fiscais sejam necessárias para reduzir o déficit público dos 7% atuais, objetivar a geração de um superávit em 1999 de 2,6% não só é uma quimera como um erro estratégico de política econômica. Sempre é bom lembrar que o objetivo é alcançar o equilíbrio interno, ou seja, estabilização monetária com crescimento econômico. Nas condições atuais, as medidas fiscais são necessárias mas não suficientes. Só com o pacote e mantendo-se o sistema cambial vigente, pretende-se fazer um ajustamento de preços relativos através de recessão. Pode até funcionar, mas talvez o Brasil passe os próximos quatro anos na paz do cemitério.

Com essas medidas propostas pelo Governo, qual a sua previsão de crescimento para os próximos anos?

- O pacote fiscal vai gerar uma queda de 3 a 4% no PIB em 1999 e, possivelmente, crescimento zero ou a taxas pífias em 2000 a 2001. Vai ser uma recessão brutal, quando precisaríamos estar crescendo a 4 ou 5% só para não aumentar o nível de desemprego.

O que o senhor achou das medidas encontradas pelo Governo para aumentar a receita, como o aumento dos encargos dos servidores públicos, por exemplo?

- A escolha dos instrumentos reflete a pobreza de opções gerada pela coalizão política que reelegeu FHC. Tenho certeza de que a equipe econômica teria inúmeros meios de gerar receita, mas,

certamente, a decisão final é uma decisão política. Em outro contexto eu diria que cobrar Previdência de funcionários públicos ativos é justo dentro de um quadro de justiça social. Mas cobrar de pensionista e nem se cogitar em cobrar impostos sobre a riqueza é de deixar Mrs. Thatcher e Monsieur Le Pen ruborizados.

O que é preciso fazer para que o País possa retomar o crescimento o mais rápido possível?

- Flutuar o câmbio para abrir espaço para uma queda de taxas de juros e diminuir o déficit paulatinamente na direção de 3% do PIB. Os recursos provenientes do exterior (Fundo Monetário Internacional, Tesouro americano etc...) devem ser utilizados para liquidar os títulos com cláusula cambial e sustentar uma primeira flexibilização do câmbio - de 10% em cada direção. Em uma segun-

Sempre é bom lembrar que o objetivo é alcançar o equilíbrio interno, ou seja, estabilização monetária com crescimento econômico

da etapa, deixar flutuar o câmbio com negligência benigna. Durante este período, negociar com o Mercosul a criação de uma área monetária latina.

Por que o Governo resiste em liberar o câmbio?

- Em primeiro lugar, acho que é um medo do desconhecido, o que é até natural, pois nunca tivemos experiência de câmbio flutuante no Brasil. Em segundo, a lembrança do que aconteceu na Ásia ainda está muito presente. Os asiáticos foram obrigados a flutuar a moeda em uma época de crise e os resultados foram desastrosos. As moedas dos países asiáticos tiveram depreciações altíssimas, mas que agora estão começando a se reverter. Mas o desastre na Ásia teve tais proporções porque a situação do sistema financeiro daqueles países era caótica. No caso da Coreia era ainda pior, pois as empre-

sas também tinham muitos problemas. Mas no Brasil os fundamentos são muito bons, pois o setor bancário foi saneado. Acredito que deve haver também uma grande pressão internacional, por parte do FMI e do Tesouro americano, pois teme-se que a desvalorização do real contamine a América Latina e, por consequência, abale o sistema financeiro dos Estados Unidos. Mas precisamos levar em conta a situação interna do Brasil e o custo de uma desvalorização seria muito menor do que de uma forte recessão.

Os investidores estrangeiros reagiram ao PEF com forte pressão sobre o real. Por que esta reação dos investidores? O programa não é suficiente?

- Eu diria que a expectativa de desvalorização do real é permanente enquanto permanecemos com um regime cambial de taxa fixa de câmbio. Percam-se as ilusões quanto à baixa de taxas de juros prometidas pelo Presidente. O Brasil, com este regime cambial e nas condições atuais de volatilidade dos mercados financeiros, não pode se dar ao luxo de ter política monetária. Estaremos sempre tendo que elevar as taxas de juros ao menor sinal de ataque ao real. Ao anunciar o PEF, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou que a atual crise financeira é a pior dos últimos 50 anos e o PEF, de certa forma, coloca a culpa dos problemas nacionais no ambiente externo. Até que ponto o País poderia ter se precavido melhor para enfrentar a crise, tornando-se menos vulneráveis. A equipe econômica confunde instrumento com objetivo. Utilizaram o regime cambial para alcançar o primeiro objetivo - estabilização monetária - porque as condições internacionais (liquidez crescente e negligência benigna do governo americano com a depreciação do dólar) permitiram. As condições mudaram a partir da crise asiática. O regime cambial não é um objetivo em si mesmo, é um instrumento. O objetivo é agora crescer com estabilidade monetária. Contudo, parece que o Brasil optou pela manutenção do instrumento às custas do objetivo. Se não se mudar este instrumento, a única maneira da economia se ajustar será através de uma redução drástica do PIB.